

EXTRAÇÃO MINERAL

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE CONSULTA PARA LICENCIAMENTO COM AVALIAÇÃO DE IMPACTO

1. Informações Gerais:

Informar:

- nome e razão social da empresa;
- nome e razão social da empresa que elaborou o plano, quando for o caso; e
- equipe técnica responsável pela elaboração com os respectivos registros profissionais;
- Endereços:
 - da empresa;
 - do empreendimento; e
 - da empresa responsável pela elaboração do plano, quando for o caso.

2. Localização:

Informar a localização geográfica e acessos (em níveis regional e local), constando o município, distrito e bairro.

As informações deverão ser acompanhadas de uma planta regional, georreferenciada, em escala, com a localização do empreendimento. Sugere-se escala entre 1:25.000 a 1:100.000.

3. Caracterização do empreendimento:

Informar:

- bem mineral de interesse para lavra;
- método de lavra;
- estimativa da reserva mineral, produção média mensal, vida útil prevista para o empreendimento e volume de material estéril e rejeito a ser gerado;
- método e local de disposição do material estéril e/ou rejeitos;
- situação legal (n.º e data da publicação do alvará de pesquisa, concessão de lavra ou do registro de licença; n.º do processo DNPM, licenças emitidas, etc.) devidamente comprovada;
- área de propriedade, quando for o caso (delimitada em planta);

- localizar a área da poligonal em mapa com memorial descritivo na escala 1:50.000, utilizando a base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, autenticado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;
- previsão de interferência em aquífero subterrâneo; e
- configuração final do empreendimento (área e profundidade) em planta planialtimétrica georreferenciada, em escala compatível.

4. Uso e Ocupação do Solo

Apresentar:

- Mapa de uso e ocupação do solo, na escala 1:50.000 ou de maior detalhe, georreferenciado, o qual deverá representar, para a área do empreendimento e seu entorno:
 - tipos de ocupação (áreas urbanas, habitações, indústrias, minerações, equipamentos sociais, etc);
 - rotas de escoamento do minério;
 - Áreas de Preservação Permanente – APPs (definidas pelo Artigo 2o da Lei Federal nº 4771/65);
 - áreas averbadas como Reserva Legal;
 - manancial de abastecimento público;
 - culturas e pastagens, fitofisionomias das formações vegetais nativas;
 - Unidades de Conservação.
- Foto aérea georeferenciada, na escala 1:10.000, que contemple no mínimo a área da poligonal.

Obs.: O órgão público responsável poderá solicitar, a qualquer tempo, quaisquer outras informações que julgar necessárias.